

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
 () CULTURA
 (X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
 () EDUCAÇÃO
 () MEIO AMBIENTE
 () SAÚDE
 () TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
 () TRABALHO

**CAPACITAÇÃO PARA OS PROFISSIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO
 ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**

Taís Hoinaski Paris¹
Rafaely Emely Barbiki²
Cleide Lavorotti³

Resumo: O projeto Capacitação para profissionais das instituições de acolhimento às Crianças e Adolescentes do Município de Ponta Grossa, desenvolvido pelo Projeto de Extensão: Tecendo as Redes de Proteção às Crianças e Adolescentes vítimas de violência na Região dos Campos Gerais do Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a área da Infância e Adolescência, dispõem como objetivo capacitar os gestores e profissionais das instituições de acolhimento às crianças e adolescentes do Município de Ponta Grossa, assim como propiciar o acesso às informações necessárias para o processo de Reordenamento das Instituições de Acolhimento. A Reestruturação das entidades de abrigo faz-se necessária para melhor atender a criança e adolescentes em suas necessidades físicas e psicológicas. O eventual Reordenamento busca promover condições de convivência familiar e comunitária, oferecendo instituições de pequeno porte, como casa lar ou abrigo residencial e mantendo juntos grupos de irmãos, indiferente de sexo e idade. Visto que essa interação entre irmãos fortalece vínculos familiares, tal como pode estimular, em condições favoráveis, o fortalecimento de relações de cumplicidade, proteção e compreensão. Essas condições favoráveis podem ser intensificadas de acordo com o preparo do grupo de profissionais que fazem parte das instituições de acolhimento.

Palavras-chave: Reordenamento. Capacitação. Vínculos.

INTRODUÇÃO

Os serviços de acolhimento institucional são formas de promover, proteger e defender os direitos de crianças e adolescentes por meio das disposições da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, de 18 de junho de 2009, dentre outras normativas, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária de 2006.

Conforme Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (ECA) trata-se de medida excepcional que a criança ou adolescente seja criado e educado afastado do contexto de sua família

¹ Estagiária; Instituição de Ensino Superior Sant’Ana. Acadêmica de Bacharel em Psicologia.
 wstai@hotmail.com

² Estagiária; Instituição de Ensino Superior Sant’Ana. Acadêmica de Bacharel em Psicologia;
 rafaelybarbiki@hotmail.com

³ Coordenadora do Projeto Tecendo Redes de Proteção à Crianças e Adolescentes, Coordenadora do NEPIA.
 lavorotti@yahoo.com.br

natural, porém garante-se a convivência familiar e comunitária, em uma esfera que proporcione o desenvolvimento integral. Assim, o acolhimento institucional é uma medida adotada frente a necessidade do distanciamento provisório do meio familiar. Dessa forma uma equipe bem preparada contribui para minimizar os danos causados às crianças e adolescentes pelo afastamento do seu lar.

Diante disso, a Diretoria de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Ponta Grossa, solicitou ao Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a realização de capacitações para os profissionais das cinco Instituições de Acolhimento do município. Conforme a Diretoria da Secretaria de Assistência Social, a equipe técnica que atua nas Instituições de Acolhimento necessitava de forma improtelável de capacitações, que abordassem temas como o reordenamento das Instituições de Acolhimento, Orientações Técnicas, Fases do desenvolvimento infantil, dentre outras.

O Reordenamento das Instituições de Acolhimento remodelou o contexto dos serviços prestados por essas Instituições, pois este fator transforma a configuração de algumas instituições, já que se passa a responsabilizar as instituições de acolhimento para que acolham ambos os sexos e idades de crianças e adolescentes, para que os vínculos entre irmãos não sejam prejudicados, visto que frequentemente esses irmãos eram separados devido à configuração dos critérios de atendimento das instituições.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho está centrado em relatar a atividade de capacitação realizada pelo Projeto de Extensão “Tecendo as Redes de Proteção à Crianças e Adolescentes vítimas de violência na Região dos Campos Gerais”, do Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a área da Infância e Adolescência, referente ao Reordenamento das instituições de acolhimento às crianças e adolescentes do município de Ponta Grossa, e discorrer sobre a importância do reordenamento sob a ótica do fortalecimento de vínculos.

METODOLOGIA

No período de setembro a novembro de 2017 realizou-se uma capacitação para gestores e profissionais que atuam nos serviços de acolhimento às crianças e adolescentes do município de Ponta Grossa. Essa ação extensionista foi desenvolvida pelo Projeto de

Extensão Tecendo as Redes de Proteção à Crianças e Adolescentes vítimas de violência na Região dos Campos Gerais.

Foram discutidos os seguintes temas: Direitos dos acolhidos; Atividades pedagógicas; Fases do desenvolvimento infantil; Questões de gênero/ sexualidade, violência; Segurança alimentar.

A metodologia dos encontros se deu através de oficinas e momento de reflexão e exposição dialogada, onde profissionais do Escritório Regional da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conduziram a capacitação, mediada por vivências, dinâmicas de grupo, estudos de casos entre outros recursos didáticos que propiciassem a participação dos envolvidos com a atividade, compartilhando saberes e experiências.

Ocorreram algumas modificações nas datas previstas inicialmente para a execução das oficinas, previsto em três meses, por conta do não esgotamento da temática do Reordenamento das Instituições de Acolhimento abordada no primeiro encontro, sendo necessária a ampliação para quatro meses o período da Capacitação

A partir disso, com base no reordenamento e nas fases de desenvolvimento infantil discutiu-se a necessidade de estudar as relações de vínculos entre irmãos, evitando a fragilização dos mesmos.

Para aprofundar o debate teórico sobre a temática dos vínculos afetivos e seu fortalecimento, tendo em vista o papel de formação da Extensão, a equipe do Projeto utilizou-se dos preceitos da abordagem qualitativa na elaboração desse trabalho, uma vez que essa modalidade de pesquisa, interpreta, compreende e explica os fenômenos para além da sua aparência inicial.

Ainda esse estudo pauta-se em bases bibliográficas do tipo artigos e material impresso relacionadas ao tema de proteção à criança e adolescente, especialmente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

RESULTADOS

Segundo as Orientações Técnicas Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) explanadas no Art. 101 do ECA, o acolhimento institucional é um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva, devido a ações de abandono ou violência intrafamiliar

ou por dificuldade da família de prestar cuidado necessário, temporário ou definitivo, podendo a criança ou adolescente ser encaminhado para família substituta ou retornar para a família de origem.

Há quatro tipos de modalidades de acolhimento previstos no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) são elas: 1)casas-lares: nessas o atendimento é fornecido em unidades residências, com limite de 10 crianças ou adolescentes, contando com um responsável; 2) instituição de acolhimento: que podem acolher até 20 crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidades sociais; 3) família acolhedora: nesta modalidade, as famílias passam por um processo de um cadastro, seleção, acompanhamento e supervisão podendo acolher crianças e adolescentes afastados provisoriamente de suas famílias de origem; 4)República: serviço destinados a adolescentes entre 18 e 21 anos.

Devido a toda essa complexidade, as instituições de acolhimento vêm passando por mudanças estruturais, fazendo-se necessário o reordenamento das instituições. Pois cada qual, diante das necessidades deve buscar um ambiente que favoreça o convívio e relacionamento dos grupos de irmão dentro das instituições. Para este fim, é fundamental a capacitação dos funcionários das instituições para adaptar-se as novas conjunturas.

As Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Crianças e Adolescentes (2009) afirma que as capacitações devem conter padrões conceituais, operacionais, e metodológicos do serviço, a fim de atender as demandas e particularidades de cada região.

A capacitação para os profissionais das Instituições de Acolhimento de Ponta Grossa-PR uniu esforços das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre a área da Infância e Adolescência, oportunizando interação do ensino, pesquisa e extensão dos indivíduos envolvidos (alunos/as e professores).

Executou-se quatro encontros de capacitações, sendo: 1º capacitação (27/09/2017) Processo de Reordenamento proposto pela Política Nacional de Assistência Social, contou com 10 participantes; 2º oficina (25/10/2017) Orientações Técnicas para instituições de Acolhimento às crianças, com 34 participantes; 3º Oficina (01/11/2017) Interdisciplinaridade, Relações Judiciário, Ministério Público, participaram 16 pessoas; 4º Oficina (30/11/2017) Direitos acolhidos;Fases do desenvolvimento infantil e Segurança alimentar, contou com 17 participantes.

Firmou-se um compromisso junto às necessidades sociais, as instituições públicas e organizações da sociedade civil, visando contribuir para que os direitos de crianças e

adolescentes sejam assegurados, em especial o direito à convivência familiar e comunitária, através do fortalecimento de vínculo entre irmãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o MDS (2017) é essencial partir do princípio de que convivência e vínculos são traços da condição humana e da vida moderna, portanto, para que se atue no mundo e o entenda-se é preciso e possível apenas por meio de relações sociais.

Complementando-se com a visão de Freire (2002, p. 41) “A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu”.

De acordo com Oliveira (2000) compreende-se o comportamento de vinculação como qualquer ação de um indivíduo na busca ou manutenção da intimidade para com outro indivíduo identificado como mais qualificado para atender as necessidades e desejos.

Acrescenta-se que de acordo com Pichon-Riviere (2007) esse vínculo é formado e cristalizado na primeira infância, entendendo-se que as relações familiares, por conseguinte com os irmãos são essenciais para se estabelecer novos vínculos e preservar as boas experiências entre tais indivíduos.

O vínculo é um dos principais atributos da natureza humana sendo indispensável para a construção de qualquer relação, ainda na perspectiva de que o homem é construído com, para e no social, a relação de vínculos entre irmão encoraja que essas novas generalizações de expansão de relações se construam de maneira mais natural e saudável tendo em vista minimizar todos os possíveis danos a esses indivíduos.

Costa (2011) relata que na relação de grupos de irmãos institucionalizados acolhidos na mesma entidade tendem a fortalecer seus vínculos familiares de cumplicidade, proteção e compreensão. Formando uma rede de apoio que auxilia o desenvolvimento dos mesmos. Visto que as crianças mais novas, em especial a partir de dois anos de idade, normalmente voltam seu comportamento de apego para uma figura de referência de apoio. A criança busca essa figura quando sente necessidades como fome, insegurança ou necessita de afeto. Muitas vezes em condições favoráveis, quando forma-se uma relação de confiança, essa figura é representada pelo irmão mais velho. Que por sua vez, também se inclina a esse papel. A natureza das relações depende de cada membro e está relacionada ao contexto em que as crianças e adolescentes estão expostos, valores, crenças, meio físico e grupo social.

No desenvolvimento das oficinas e encontros realizados durante a Capacitação não foi utilizado instrumentos para a tabulação de avaliações dos participantes, entretanto, os/as presentes declararam espontaneamente a importância da iniciativa das capacitações.

A elaboração das atividades frente à demanda das instituições de acolhimento às crianças e adolescente, possibilitou acesso ao conhecimento teórico e prático, aproximou os acadêmicos da realidade social e permitiu através do Projeto de Extensão que um “retorno” fosse dado para a construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos – Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome**. Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Crianças e Adolescentes, Brasília, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária** Presidência da República. Brasília: SEDH/ MDS/ CONANDA, 2006.

COSTA-NEGRÃO, L. **Interações entre Irmãos em Acolhimento institucional: Reflexões Acerca Das Condições Contextuais** - Dissertação Mestrado –Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Pará, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Rui Aragão. **Do vínculo às relações sociais**: Aspectos psicodinâmicos. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada - Análise Psicológica, 2 (XVIII), p. 157-170, 2000.

PICHON-RIVIERE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Editora, 2007, 7ª edição.